



GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos – Trabalho 1206

CATARSE, CONTRA-HEGEMONIA E TRANSFORMISMO: HORIZONTES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR NA AMÉRICA LATINA DE MADRES E MST

Carlos Eduardo Rebuá Oliveira – UERJ/UCP

(...) e um fato apenas deve ser destacado como notável e espantoso: como na instituição acadêmica a totalidade dos alunos e dos professores, à semelhança de um gigantesco jogo de esconde-esconde, passam uns pelos outros e nunca se enxergam.

[Walter Benjamin, *A vida dos estudantes*, 1915]

Resumo

Pensar a educação popular engendrada pelos movimentos sociais não é novidade no cenário latino-americano. Todavia, no presente trabalho, incursionamos por uma vereda velha-nova - as universidades populares de Madres de Plaza de Mayo e MST - que no que traz de novidade, incomoda, provoca, indaga e ao mesmo tempo aponta sentidos e epistemes renovadas, sobretudo para a velha academia, naquilo que ela efetivamente possui de pretérito: os vínculos entre universidade e vida social.

Interessa-nos mapear sujeitos políticos coletivos e frentes ideológicas destes/nestes dois países, destacadamente o lulismo e o kirchnerismo, rostos e práticas políticas dos últimos quinze anos, que foram capazes de estabelecer e manter vínculos ora problemáticos, ora exitosos com estes movimentos sociais que lidam diuturnamente com projetos e sentimentos contra-hegemônicos, a despeito de suas metamorfoses para mais ou para menos.

Catarse, vínculo orgânico política-pedagogia, contra-hegemonia, indissociabilidade entre formação acadêmica e formação política, transformismo são algumas das categorias e perspectivas que objetivamos tecer e, principalmente, costurar, nas incisivas linhas que se seguem, sob miradas impertinentes do materialismo histórico, destacadamente a partir de Gramsci.

Palavras-Chave: catarse; contra-hegemonia; educação popular; movimentos sociais

Sobre transformismos e contra-hegemonia

No esforço de análise dos hodiernos processos de metamorfose político-ideológico-institucional dos movimentos sociais, espaços centrais da sociedade civil contemporânea, notadamente em nosso continente, inúmeros autores têm defendido

posições as mais diversas, desde aqueles que entendem que há a (i) cooptação clássica, sobretudo por parte dos governos, passando pelas (ii) análises de perfil mais dialético, compreendendo que há um complexo processo relacional do Estado para a Sociedade Civil e da Sociedade Civil para o Estado, e chegando finalmente às (iii) leituras que não falam de cooptação, mas de ressignificação dos vínculos entre movimentos e governos. Para citarmos nomes, em relação ao primeiro grupo temos Kordon (2011), Iasi (2013)¹ - sendo este último na perspectiva de uma “democracia de cooptação” -; no segundo grupo podemos citar Del Pozo (2014) e Braga (2010), este enfatizando o consenso ativo dos movimentos históricos com a exploração e o aprofundamento do capitalismo; e no terceiro grupo indicamos Morales (2012), com sua abordagem acerca da ressignificação dos/nos movimentos.

Lastreados em Corrêa (2015, p. 10), defendemos que tanto no Brasil do lulismo (2003-2016) quanto na Argentina do kirchnerismo (2003-2015) se deram processos de disciplinamento, contenção, integração aos governos num duplo movimento, tanto do Estado quanto da Sociedade Civil, tendo clareza de que é impossível, na perspectiva gramsciana de Estado Ampliado (Estado *stricto sensu* + sociedade civil, como dimensões dialéticas e inseparáveis), não existirem vínculos entre aparelhos privados de hegemonia e sociedade política. Chamamos a atenção para os efeitos e formas destas relações no tempo do agora – notadamente a criação de suas universidades populares: a Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo (UPMPM)² e a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)³ -, quando parece que ao “chegarem” ao Estado os movimentos populares continuam sendo os mesmos (sem contar que esta chegada é quase sempre parcial, condicionada, empoderada lateralmente), sem transformações significativas no horizonte das lutas políticas e no próprio caráter orgânico destes espaços sociais nascidos sob signos

¹Disponível também em: https://www.youtube.com/watch?v=9z_xm5cN76o . Acesso em: mar. 2017.

²A Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo (UPMPM) foi fundada em 6 de abril de 2000 em Buenos Aires, na própria sede das Madres, no centro da cidade. Trata-se de uma universidade popular que possui cursos de graduação “formais” (todas presenciais e com apresentação de monografias ou *tesinas* ao final), implementados a partir de 2006. Ver: <http://www.madres.org/navegar/nav.php?idsitio=2&idindex=29&idcat=> . Acesso em: mar. 2017.

³A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) foi fundada em 23 de janeiro de 2005 em São Paulo, na cidade de Guararema, região metropolitana localizada a 80km da capital. Possui convênios e parcerias com diversas instituições e órgãos do Brasil e do exterior. Pela escola já passaram mais de 24 mil pessoas, entre alunos, conferencistas e visitantes do Brasil e de diversas partes do mundo, além de mais de 500 professores voluntários num processo de intercâmbio muito frutífero com mais de 35 instituições públicas de nível superior do país, oferecendo cursos de graduação e de pós-graduação. É importante frisar que a ENFF não é uma instituição de ensino formal, com graduações sob o formato existente na UPMPM. Ver: <http://amigosenff.org.br/> . Acesso em: mar. 2017.

contra-hegemônicos: *“estas organizaciones populares, brasileñas o argentinas, estarían por lo tanto, cumpliendo consciente o consensualmente un papel en la implementación del proyecto socioeconómico de estos gobiernos”* (Ibidem, p. 12).

Numa perspectiva macro, tratando de Madres e MST de forma conjunta, entendemos que tanto o lulismo quanto o kirchnerismo, mesmo permitindo e engendrando nítidos processos de positivação do popular e de avanços democráticos, causaram cisões, acirraram tensões e comprometeram a postura crítica destes espaços, uma vez que tanto o movimento argentino quanto o brasileiro, lendo a conjuntura como sendo a de ascensão de governos de perfil progressista, diminuíram (de maneira correta, em nossa avaliação) o tom de suas colocações, tendo todavia, em diversos momentos, se calado diante de questões importantes - sobretudo publicamente - e causado ruídos e rachas internamente. É evidente que ao falarmos das Mães da Praça de Maio e dos Sem Terra não podemos entendê-los como espaços monolíticos, homogêneos, sem disputas e tensões.

Se conceitualmente os debates acerca da contra-hegemonia, sobretudo a partir do marxismo, têm promovido profícuas reflexões e vigorosos embates, nas ações de (re) definição e de adequação desta categoria às questões do presente, no mundo de fora da academia, não são poucos os usos interpretações do conceito. Nas discussões intra-movimentos sobre o que seria a contra-hegemonia, seus limites e alcances, existe toda uma série de confusões, de deturpações das ações deste tipo, de seus agentes, sentidos. Aqui é imprescindível frisar que a contra-hegemonia é fundamentalmente um projeto distinto de classe, uma dimensão basilar do antagonismo entre as classes.

O conceito de contra-hegemonia não foi criado por Gramsci, como afirma Netto (2008, p. 119). Representa uma interpretação do conceito de hegemonia do pensador italiano a partir de uma perspectiva crítica, atualizada e, sobretudo estratégica, por parte de inúmeros intelectuais marxistas, dentre os quais destacamos: Carlos Nelson Coutinho, Gaudêncio Frigotto, Virgínia Fontes, Lúcia Neves, José Paulo Netto, Dênis de Moraes, Emir Sader e os britânicos Raymond Williams e Terry Eagleton, almejando traduzir e demarcar, em termos de luta ideológica e material, um projeto antagônico de classe, em relação à hegemonia burguesa. O termo, que se legitimou exatamente pelo uso, significa que a luta é contra uma hegemonia estabelecida, uma luta que intenta a construção de uma nova hegemonia, e que por isso, corresponde a um projeto de classe distinto.

Resistir ao Estado, onde também se dá a construção de outras hegemonias, onde também há contra-hegemonia, confirma o fato apontado por Eagleton (1997, p. 107) de que faz parte de toda hegemonia o combate com forças contrárias, contra-hegemônicas.

Para Williams (1979, p. 115-116), “*temos então de acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra-hegemonia*”.

Melhorismos x Horizontes da Resistência

Madres e MST, guardadas as enormes diferenças entre os dois, vêm aderindo gradativamente e nunca de forma homogênea e isenta de tensões, ao pragmatismo, ao “possibilismo” e àquilo que Sampaio Jr (2006, p. 72) chama de “melhorismo”: é preciso melhorar ao máximo a vida das pessoas, ainda que se abandone estratégias, bandeiras, sentidos que forjaram a práxis destes dois movimentos gigantes latino-americanos, que em diversos aspectos legitimaram uma dócil adaptação aos governos em voga e a adesão aos cânones do melhorismo.

Tanto no lulismo quanto no kirchnerismo houve uma desmobilização do povo (*Ibidem*, p. 75), um empoderamento que se limitou às dimensões e aspectos econômico-corporativos em detrimento de autonomização política, de fortalecimento da hegemonia subalterna sem atrelamento dela ao aparato burocrático estatal, sem imobilizar sujeitos coletivos historicamente em movimento, legitimando no máximo um discurso da linha “*ruim com eles, pior sem eles*”. No caldo político argentino e brasileiro dos últimos quinze anos, entre revolucionários, reformistas e melhoristas, houve claramente a predominância dos dois últimos sobre os primeiros, com o endosso de muitos movimentos sociais e correntes políticas combativas, desde sindicatos até partidos.

É preciso afirmar que MST e Madres não são monolíticos, impermeáveis às críticas e divisões. Neste contexto de conquistas dos dois movimentos em termos educacionais - com destaque para suas universidades populares, ampliações de seus espectros políticos e protegidas pelos governos dos Kirchners e do PT -, houve rearranjos hegemônicos, transformismos⁴ e abandonos de bandeiras e horizontes radicais. Ainda assim não foram poucos os esforços internos no sentido da resistência, da manutenção das conquistas e do ímpeto dos dois espaços coletivos. É claro que ambos os movimentos continuaram e continuam lutando em distintas frentes. Ao tratar dos anos 1990 no Brasil, Fontes (2010, p. 300) chama a atenção para o fato de que o mais relevante movimento social contra-hegemônico no período foi o Movimento dos Sem Terra, ao relacionar de forma constante a desigualdade à estrutura da propriedade no país e em especial à

⁴ O transformismo é definido por Gramsci como a criação de uma “*classe dirigente cada vez mais ampla [...], com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários*” (GRAMSCI, 2002a, p. 63).

propriedade da terra e do capital: “*esse processo seria visível no século XXI, quando o primeiro governo Lula tornou ainda mais evidente e profundo o transformismo, iniciando-se uma penosa recomposição das forças contra-hegemônicas*”. Nesta penosa reconfiguração ocorreram mudanças significativas no tom dos discursos no MST e em diversos aspectos de sua práxis, mais comedida e “barganhadora”, pois afinal de contas tratava-se de um governo do campo progressista e melhorista.

A exceção dos “*valentes acampados do MST*” também é indicada por Braga (2010, p. 9), ao citar Chico de Oliveira. Em relação às Madres, Morales (2012, p. 58) considera que no marco do contexto emergente com Néstor Kirchner, “*la lucha de la AMPM⁵ ‘por los 30 mil desaparecidos’, ‘Por la Vida’, y por ‘Memoria, Verdad y Justicia’ adquiere un nuevo sentido, se resignifica*”. Por sua vez, Vázquez (2009, p. 84-85) reforça que as Madres, assim como o MST, estão vivas apesar de todas as mudanças e desafios no presente: “*(...) ni las Madres, ni ustedes, ni nosotros vamos a abandonar porque hoy nuestros viejos marchan con nosotros más vivos que nunca*”.

Especificamente em relação à ENFF e UPMPM, tratam-se de espaços novos, dilatadores destes movimentos, impregnados da experiência militante das mães da Plaza de Mayo e dos despossuídos da terra no Brasil; lugares de memória, escolas de formação de quadros e centros de formação acadêmica que trouxeram frescor político, esperanças pedagógicas e diversas questões para a intelectualidade, estudantes, lutadores sociais, para a sociedade. É imprescindível afirmarmos que em nenhum momento entendemos as mudanças processadas no seio de MST e Madres como apartadas, desconectadas dos processos internos de suas universidades populares. Apenas tivemos o cuidado de não estabelecermos leituras deterministas, mecânicas, maniqueístas e automáticas no trato destes quatro espaços.

Se a “*análise concreta de situações concretas*” é o que Lenin chamou de essência do marxismo (LENIN *apud* COUTINHO, 2011a, p. 128), entendemos que nossos esforços foram tentar radiografar elementos, tendências, sentidos, ações de Madres e MST, umas mais e outras menos evidentes, mas todos (as) bastante concretos (as), ainda que muitas vezes não traduzíveis em tabelas, números, certezas. A expressão “projeto de catarse que não foi” parece adequada tanto no mapeamento do lulismo quanto do kirchnerismo, mas sobretudo num balanço dos dois blocos históricos surgidos em Brasil e Argentina, com elementos de difíceis definições numa primeira análise.

⁵ Asociación Madres de Plaza de Mayo.

O “projeto de catarse que não foi” não representou um intento específico do Partido dos Trabalhadores ou do lulismo, mas daquilo que grande parte das forças sociais progressistas, dos movimentos sociais combativos, dos partidos de esquerda esperavam do PT e de Lula quando da eleição presidencial de 2002, mesmo sabendo que ambos já não eram nem de esquerda, nem combativos como haviam sido no passado. Um projeto de catarse seria então a expectativa de uma elevação ético-política, de um aprofundamento da democracia e de radicalização da política (em seu sentido amplo: catarse), sobretudo a partir da dialética sociedade civil-Estado que estava posta naquela conjuntura, das possibilidades reais de avanço das pautas dos subalternos (fortalecendo sua consciência coletiva) naquela correlação de forças e de disputas dentro do bloco histórico capitaneado pelo PT, naquele contexto. O PT e o lulismo estiveram – já desde o início dos anos 1990 – muito longe de promover a “*catarse revolucionária para os grupos subalternos*” (COUTINHO, op. cit., p. 123).

Em ambos os países, se ocorreram avanços, recuos e estagnações, a conquista da hegemonia civil - a guerra de posição, como salientava Gramsci (GRAMSCI, 2007, p. 261) – foi retirada do horizonte, com um receituário melhorista, possibilista, pragmático, onde empoderar os subalternos na/da sociedade civil, lugar em que ocorre efetivamente a disputa hegemônica, significa majoritariamente acesso à renda, programas sociais focais e nichos mais altos de consumo, e onde conquistar posições no aparato do Estado, promover a “*guerra de assédio*” (*Ibidem*, p. 255), se resume a garantir “os seus” nos altos cargos da burocracia estatal, no controle dos sindicatos, na direção de seus partidos etc.

Desmobilizando os sujeitos políticos mais combativos (Madres e MST como exemplos paradigmáticos), desarticulando-os via políticas de ajuste, transformismos e facilidades ao capital (financeiro, agrário, industrial, mineral etc.), que precarizam ainda mais o mundo do trabalho e a vida ordinária dos subalternos, estes governos - em consonância e ao mesmo tempo em que internamente distintos movimentos sociais reduziam seus tons, se metamorfoseavam e rebaixavam suas reivindicações - tornaram a questão social um mero problema de gestão, administrativo, criando, aprofundando e reverberando transformismos moleculares de classe e refutando a passagem catártica (elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos sujeitos históricos) para uma práxis ética-política sintonizada e vinculada aos de baixo. Podemos dizer que vivemos hoje uma encruzilhada da catarse: se chega a um lugar melhor (ou menos pior para muitos), com uma série de condicionantes, e só. O particular ainda prevalece sobre o universal, o momento econômico-corporativo sobre o ético-político, a necessidade

sobre a liberdade, o objetivo sobre o subjetivo e poderíamos acrescentar, o possibilismo pragmático melhorista à efetiva radicalização/ampliação da democracia.

Conclusão em abertura: frutos político-pedagógicos e catarse da educação popular

Nosso intento gramsciano nestas reflexões não poderia deixar de enfatizar que na investigação das situações, das relações de forças citadas por Gramsci, é inadiável distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) – o que também pode se aplicar aos fenômenos orgânicos – dos que podem ser chamados como de conjuntura (que surgem como ocasionais, imediatos e até acidentais). Diz o marxista da Sardenha: “*os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social*” (*Ibidem*, p. 37). Falar em fenômenos orgânicos é abordar a atual conjuntura (que depende certamente de movimentos orgânicos) de crise do capital, sobretudo desde 2008, crise que se confunde com a própria crise do marxismo, entendida a partir de Coelho (2005, p. 456) como deslocamento da esquerda (e nela os movimentos sociais de matiz popular) na luta de classes. Se não estamos dando conta da crise macro do capitalismo neste trabalho, não podemos deixar de indicar questões e elaborar outras sobre como ficam/ficaram os diferentes espaços políticos, organizativos, formativos de Madres e MST.

A UPMPM e a ENFF nasceram do chão da luta, a partir da práxis político-pedagógica destes movimentos e é certo que sofreram tensionamentos do kirchnerismo/lulismo, uma vez que não são escolas opacas à política, à dinâmica da luta de classes, às relações de forças de que falava Gramsci. Sem dúvida estas organizações vivem hoje outra encruzilhada importante, qual seja a definição de quem é o inimigo em tempos de crise e posterior reforço do neoliberalismo (onde os governos Macri na Argentina e Temer no Brasil são exemplos paradigmáticos), crise que não representou sua eliminação. Nas Madres o inimigo esteve longe da Casa Rosada por uma década. Para o MST os governos do PT não cumpriram o que prometeram, se metamorfosearam, mas o lulismo ainda é um campo progressista em diversos aspectos, mesmo após o golpe parlamentar-jurídico-midiático (2016), que renovou o par neo-neo (neoliberalismo/neoconservadorismo) e tem espoliado diuturnamente o Estado e aqueles que vivem do trabalho, sob forte blindagem dos setores que o perpetraram.

Em relação à sobrevivência do neoliberalismo hoje na América Latina, as permanências de implementadores neoliberais à frente das economias de Argentina e Brasil, indicam de forma evidente a sobrevida do manual do neoliberalismo e da força de seus ideólogos/representantes na estrutura burocrática e política dos últimos governos

nestes dois países. E o *modus operandi* neoliberal ainda está presente não apenas no campo da economia, mas em outras esferas da sociedade política e da sociedade civil, como por exemplo na educação.

Leher (2010, p. 406), em sua análise da educação no governo Lula – que ele intitula de “*a ruptura que não aconteceu*” - afirma que tanto os governos neoliberais quanto os social-liberais “*negam o descaso pela educação popular apresentando a evolução dos indicadores numéricos da educação, em termos de anos de escolaridade, como comprovação de seus empenhos em prol da educação do povo*”. A pergunta que cabe ser feita aqui é: se ainda existe o neoliberalismo e se o social-liberalismo (lulismo/kirchnerismo) assumiu uma centralidade inegável na América Latina, como pensar uma educação que seja concretamente popular? Quais os limites para Madres e MST, em termos de rupturas que podem/devem acontecer, refletindo a partir do marxista brasileiro?

Recuperar Marx em *Crítica ao Programa de Gotha* é estritamente necessário, não apenas em sua afirmativa categórica de que “*cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas*” (2012, p. 20), mas principalmente quando defende vigorosamente que não pode ser o Estado o agente da educação popular, mas o contrário: é justamente o Estado que necessita receber do povo uma educação muito rigorosa (*Ibidem*, p. 46). Madres e MST, espaços oriundos da/na *plaza* e no solo, na cidade e no campo, de mães órfãs de seus filhos e de camponeses despossuídos de sua terra⁶, através de suas universidades populares, ao mesmo tempo que ensaiam novas epistemes e outras pedagogias (que emergem do seio das velhas pedagogias), forjando “*uma unidade viva que em vão se procura criar nas escolas burguesas*” (GRAMSCI, 1976, p. 97-98)⁷, estas escolas concretizam, não sem problemas, equívocos e disputas, a urgência de se construir praticamente outros lugares de saber, outras formas de saber, renovando os vínculos indelévels entre educação e sociedade.

Se efetivamente a UPMPM e a ENFF ressignificam sentidos e sentimentos, apontando os problemas estruturais, políticos, filosóficos das universidades tradicionais, promovendo uma nova relação entre subalternos e intelectuais, também constroem uma concepção ético-política que influencia a cultura e a educação, elaboram novos consensos

⁶ A despeito das transformações nestas/destas instituições em nível político, estratégico, organizativo.

⁷ Texto originalmente escrito em 1919 sob o título *A escola de cultura* e publicada em *L'Ordine Nuovo* em 20 de dezembro daquele ano.

e colocam na ordem do dia o debate não apenas sobre a educação que temos, a que é possível ou a que queremos, mas sobretudo, a que precisamos.

Ainda que os processos políticos, econômicos, sociais em Argentina e Brasil estejam também nestas universidades, que não são ilhas, sob a forma de embates, projetos pedagógicos, práticas, sentidos, linhas políticas, recuos e/ou avanços, transformismos e/ou contra-hegemonia, defendemos que estas instituições de educação popular irão continuar⁸, como salientou Gramsci em outra parte do texto que citamos anteriormente: *“a nossa escola⁹ continuará e trará os frutos que lhe for possível: está aberta a todos os acontecimentos (...)”*. Sua continuação, em nossa perspectiva e com nossa torcida, tem permitido que se ensaie talvez uma “catarse da educação” – impossível sem que outras ocorram, em outros espaços, com outros sujeitos -, num diálogo com o conceito de “catarse da libertação” e com o próprio Gramsci, que ao explicar o momento catártico vaticina que esta transição não permite apenas *“uma nova forma ético-política”*, mas também a *“origem de novas iniciativas”* (GRAMSCI, 2006, p. 314). UPMPM e ENFF são, sem dúvida alguma, novas iniciativas que atuam diretamente no trato das concepções ético-políticas e no exercício da práxis político-pedagógica dos subalternos.

Como determinação essencial da práxis política humana, a catarse em Gramsci pode ser entendida muitas vezes como a própria política (COUTINHO, 2011, p. 121): se tudo é política significa que tudo é catarse. UPMPM e ENFF são universidades populares e sobretudo políticas, não apenas porque oriundas de movimentos políticos e sociais, mas porque a política nestes espaços é pedagogia, lugares onde os termos carreira, mercado, resultados, gestão, não integram seus projetos político-pedagógicos. Na transformação dos sujeitos que estudam nestes espaços de formação de quadros políticos e acadêmicos, tais universidades representam zonas de resistência estratégicas na forja de novos sentidos e sentimentos, que se não dão conta sozinhas da transformação do real, criam possibilidades para se tornarem expressão política e pedagógica das classes subalternas, que se “enxergam” nestas instituições acadêmicas, onde o “esconde-esconde” apontado por Benjamin não tem espaço.

⁸ No caso das Madres não é incomum associar a idade avançada de suas fundadoras como a antessala do projeto das Madres, que já tem mais de trinta anos e não se resume apenas à Asociación Madres de Plaza de Mayo. No Brasil, com o quase total abandono da reforma agrária por parte dos governos do PT, também não é uma exceção se ouvir comentários sobre o ocaso do MST enquanto movimento social. Comentários – nos dois casos – quase sempre oriundos do campo político e/ou acadêmico mais conservador.

⁹ Gramsci fala da Escola de Cultura e Propaganda Socialista, curso noturno para trabalhadores de Turim organizado por *L'Ordine Nuovo* em 1919.

Referências

BENJAMIN, Walter. A vida dos estudantes. In: BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009. p. 31-47.

BRAGA, Ruy; OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado em História - Universidade Federal Fluminense, 2005.

CORRÊA, Ana Elisa. La nueva gestión de la miséria: piqueteros y sin-tierra frente a los gobiernos neo-desarrollistas. Revista Herramienta Web, febrero 2015. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/herramienta-web-16/la-nueva-gestion-de-la-miseria-piqueteros-y-sin-tierra-frente-los-gobiernos-neo-d> . Acesso em: fev. 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

DEL POZO, Juana. Sobre la década kirchnerista. Revista Herramienta, Año XVII, N° 54, otoño de 2014. p. 59-62.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos (vol. 2)*. Lisboa: Editora Seara Nova, 1976.

_____. *Cadernos do Cárcere - Volume 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos do Cárcere - Volume 6: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Cadernos do Cárcere - Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KORDON, Diana. “Sueños compartidos”: usufructo de la impunidad. Partido Comunista Revolucionario de la Argentina, 2011. Disponível em: <http://www.pcr.org.ar/nota/pol%C3%ADtica-nacional/%E2%80%9Csue%C3%B1os-compartidos%E2%80%9D-usufructo-de-la-impunidad> . Acesso em: mar. 2017.

LEHER, Roberto. O público como expressão das lutas sociais: dilemas nas lutas sindicais e dos movimentos sociais frente ao desmonte neoliberal da educação pública, 2005. Disponível em: <http://www.formacaocontinuada.libertar.org/wp-content/uploads/2011/09/O-publico-como-express%C3%A3o-das-lutas-sociais.doc> . Acesso em: mar. 2017.

_____. Educação popular como estratégia política. In: JEZINE, Edineide & PINTO DE ALMEIDA, Maria de Lourdes. *Educação e movimentos sociais: novos olhares*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010. p. 19-32.

MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MORALES, María Virginia. Asociación Madres de Plaza de Mayo: kirchnerismo y resignificación. In: BARROS, Mercedes María; DAÍN, Andrés David; MORALES, Maria Virginia. *Escritos K*. Villa María: Eduvim, 2012. p. 47-84.

NETTO, José Paulo. Universidade, caldo de cultura pós-moderno e a categoria de hegemonia. In: COUTINHO, Eduardo Granja (Org.). *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 119-143.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Brasil: as esperanças não vingaram. OSAL, Observatório Social de América Latina, ano VI, n. 18. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 69-80.

VÁZQUEZ, Inés. Luchar siempre: las marchas de la resistência: 1981-2006. Buenos Aires: Asociación Madres de Plaza de Mayo, 2009.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.